A INCLUSÃO NO ESPAÇO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

DENISE ALVES DE SANT´ANA

RESUMO

Os centros educacionais atuais caracterizam-se pela diversidade derivada de uma sociedade diversa em que coexistem diferenças culturais, religiosas, de gênero, entre outras, o que configura um cenário educacional complexo que ao mesmo tempo representa um desafio para os professores. Neste contexto, é necessário estudar a inclusão das diferenças num espaço educativo partilhado. Atualmente, as sociedades estão mais conscientes da diversidade (física, cultural, económica, religiosa, etc.), gerando ações de inclusão, equidade e reconhecendo o direito natural e legal de qualquer cidadão de se integrar na sociedade desde cedo com igualdade de direitos. A urgência de alcançar uma maior equidade social e educativa, o compromisso dos sistemas educativos com a educação de valores para a cidadania democrática, a defesa de políticas inclusivas a favor dos segmentos sociais mais desfavorecidos, a ênfase na dimensão pedagógica das mudanças educativas , a necessidade de novos modelos de reformas que tenham em conta as insuficiências das experiências passadas e os desafios da sociedade da informação e do conhecimento são opções valiosas presentes em todos os atores políticos e sociais. A partir desta perspectiva, a inclusão educativa é entendida como o processo que garante o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes vulneráveis a serem sujeitos de exclusão, não apenas aqueles com deficiência ou categorizados com necessidades educativas especiais.

Palavras-chave: Aprendizagem; Inclusão; Necessidades.

INTRODUÇÃO

Na década de 50 e até o começo dos anos 60, a instrução é primordialmente vista como um meio de ascensão social. Nessa perspectiva, além das funções de integração e educação, o propósito da instrução seria conferir "prestígio" aos indivíduos. A instrução representava, para cada pessoa, a oportunidade de progredir na hierarquia de prestígio que caracterizava a estrutura em forma de pirâmide da sociedade, e para a sociedade como um todo, uma maior abertura do sistema de estratificação social.

A Conferência de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, Tailândia, em 1990, tinha como princípio propor uma educação fundamental mais abrangente; com isso, se abriam oportunidades para aqueles que não tinham acesso à aprendizagem na educação fundamental.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/96), é responsabilidade do Estado garantir gratuitamente a educação fundamental, incluindo uma educação inclusiva que assegure o ensino a todos, independentemente das limitações individuais de cada aluno. Uma escola inclusiva, que ainda não era bem definida por alguns educadores, representava um desafio, pois exigia mudanças na maneira de ensinar, demandava maior capacitação dos professores para lidar com diversas problemáticas, com o foco na assistência ao aluno por meio da inclusão.

É perceptível que a visão da escola em relação à inclusão precisava ser modificada; de fato, a inclusão não se resume apenas a colocar crianças na escola, mas principalmente buscar métodos adequados e mais eficazes para alcançar um desempenho social significativo, que resulte em uma educação de qualidade. Nos dias atuais, o sistema educacional deve dar atenção especial às práticas pedagógicas, transformando o ensino em uma educação inclusiva que respeite a diversidade. O papel de uma escola moderna deve ser auxiliar na construção do desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, a fim de torná-la um cidadão.

A inclusão de crianças com necessidades especiais tornou-se o cerne das discussões no ambiente escolar, uma vez que nem todos os envolvidos na educação infantil estão preparados para realizar uma inclusão adequada. A escolha desse tema é justificada pela relevância e preocupação com o desenvolvimento educacional da criança na escola, levando em consideração a diversidade e a construção de uma sociedade inclusiva. As escolas estão presas a conceitos que requerem mudanças, uma vez que os educadores não possuem a capacitação necessária para trabalhar com a inclusão de crianças com necessidades especiais.

A PROMOÇÃO DA IGUALDADE NO ENSINO PÚBLICO E A PARTICIPAÇÃO

Conforme mencionado por Barroso (2005, p.11), "a ampliação da acessibilidade ao ensino público, ou melhor, sua reestruturação como uma instituição verdadeiramente popular, representa um desafio constante para os educadores". O objetivo - embora pareça inatingível - é construir um sistema educacional público que seja simultaneamente inclusivo (abrangendo a todos, sem exceção) e de alta qualidade, baseado em referências sociais e distante de qualquer forma de exclusão. Essa escola deve ser capaz de preparar as novas gerações para um

mundo completamente transformado e distante daquele que testemunhou sua universalização.

Uma das tarefas consiste em identificar continuamente intervenções e ações que possam tornar a escola um espaço de aprendizado para todos os alunos. Isso requer novas abordagens no desenvolvimento de projetos educacionais, visando aprimorar a proposta pedagógica, os métodos de avaliação institucional e a aprendizagem dos alunos. Além disso, é fundamental prestar atenção às relações estabelecidas entre alunos e professores, bem como criar espaços privilegiados para a formação dos profissionais da educação, a fim de que possam se tornar agentes corresponsáveis nesse processo.

Além das ações para garantir que as escolas sejam ambientes de aprendizado para todos os alunos, a Constituição Federal de 1988 (artigo 205, inciso III) estabelece que o Estado deve fornecer atendimento educacional especializado aos estudantes com necessidades educacionais especiais (Resolução 2/01), preferencialmente na rede regular de ensino.

No Brasil, tradicionalmente, a educação especial tem sido responsável por esse tipo de atendimento. Nesse sentido, Sousa e Prieto (2002, p.123) afirmam que "o termo 'especial' na educação refere-se a condições que podem ser necessárias para alguns alunos para garantir o direito de todos à educação". O objetivo principal é defender o direito à educação escolar para todos como um princípio.

Embora o princípio da educação inclusiva tenha se fortalecido desde meados da década de 1990, o modelo de integração escolar ainda prevalece na prática. A educação inclusiva é considerada um "novo paradigma", que valoriza a diversidade como condição a ser apreciada, pois beneficia a educação de todas as pessoas. Ela respeita os diferentes ritmos de aprendizagem e propõe práticas pedagógicas alternativas, o que exige uma ruptura com as normas estabelecidas na sociedade e, consequentemente, nos sistemas de ensino. A ideia de ruptura é frequentemente usada em contraste com a ideia de continuidade e é vista como uma expressão do novo, embora possa despertar deslumbramento a ponto de não ser questionada e repetir-se como um modelo que não promove transformações significativas.

Quando se trata de atender alunos com necessidades educacionais especiais, parte desse novo discurso tem sido usado para criticar as práticas da educação especial, sem destacar que sua trajetória reflete, em grande medida, a marginalização imposta pelas políticas educacionais, o que a transformou em uma alternativa que também pode reforçar o isolamento social daqueles que recebem esse tipo de ensino. Ela tem sido retratada como a grande vilã, responsável quase exclusivamente pela manutenção de mecanismos de resistência à escolarização de todos os alunos nas escolas regulares. Pode-se afirmar, com certo consenso, que há uma falta de compromisso por parte de muitos governantes em relação à educação de pessoas com necessidades especiais.

A mãe de uma criança deficiente parece experimentar complexa combinações de emoções ao ficar sabendo que o filho tem deficiência mental (...) discordância ou batalha entre aquilo que se esperava e o que havia acontecido, tais conflitos psicológicos maternos são reações ao desapontamento. (SOLCIA, 2004, p. 49).

A participação de todos os envolvidos no processo educacional é fundamental para promover a igualdade no ensino público. Isso inclui os próprios alunos, professores, funcionários da escola, famílias e a comunidade em geral. A participação ativa de cada um desses atores pode contribuir para a criação de um ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos os alunos se sintam valorizados e respeitados.

Para os alunos, é importante que sejam incentivados a expressar suas opiniões, ideias e necessidades. Eles devem ser envolvidos nas decisões que afetam sua educação, participando de conselhos estudantis, grupos de discussão e outras atividades que lhes permitam ter uma voz ativa na escola. Além disso, é essencial garantir que os estudantes com necessidades educacionais especiais tenham acesso a recursos e apoios adequados para que possam se engajar plenamente no processo de aprendizagem.

A agenda da educação inclusiva refere-se a superação de barreiras, à participação que pode ser experienciada por quaisquer alunos. A tendência é pensar ainda em “política de inclusão” ou educação inclusiva como dizendo respeito aos alunos com deficiência e a outros caracterizados como tendo necessidades educacionais “especiais”. Além disso, a inclusão é freqüentemente vista apenas como envolvendo o movimento de alunos das escolas especiais para os contextos das escolas regulares, com a implicação de que estes estão “incluídos”, uma vez que fazem parte daquele contexto. Em contrapartida, eu vejo inclusão como um processo que nunca termina, pois é mais do que um simples estado de mudança, e como depende de um desenvolvimento organizacional e pedagógico contínuo no sistema regular de ensino. (AINSCOW, 1999, p.218 apud MITTLER, 2003, p.29).

Os professores desempenham um papel crucial na promoção da igualdade no ensino público. Eles devem estar preparados

para lidar com a diversidade de seus alunos, adotando práticas pedagógicas inclusivas e diferenciadas. Isso implica em conhecer as necessidades individuais dos estudantes, adaptar o currículo e os métodos de ensino, e oferecer suporte adicional quando necessário. Além disso, os professores devem estar abertos ao diálogo com os alunos e suas famílias, buscando entender suas realidades e contribuindo para a construção de um ambiente de respeito e valorização mútua.

A participação das famílias também é fundamental. Os pais e responsáveis devem ser encorajados a se envolver na educação de seus filhos, participando de reuniões escolares, colaborando com os professores e apoiando o aprendizado em casa. A escola deve criar canais de comunicação efetivos com as famílias, promovendo a troca de informações e o envolvimento ativo dos pais no processo educacional.

Além disso, a participação da comunidade em geral pode contribuir para a promoção da igualdade no ensino público. É importante estabelecer parcerias com organizações locais, empresas e instituições para oferecer oportunidades de aprendizagem e recursos adicionais para os alunos. A comunidade pode ser envolvida por meio de projetos educacionais, programas de mentoria, atividades extracurriculares e outras iniciativas que promovam a interação e a colaboração entre a escola e o entorno.

A promoção da igualdade no ensino público requer a participação ativa de todos os envolvidos no processo educacional. Isso inclui alunos, professores, famílias e a comunidade em geral. Ao valorizar a diversidade e adotar práticas inclusivas, é possível criar um ambiente de aprendizado que atenda às necessidades de todos os estudantes e promova uma educação de qualidade para todos.

A FAMÍLIA E A CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS

A vinda de um filho traz consigo grandes mudanças na vida dos pais. Segundo Fiamenghi Jr. e Messa (2007), o nascimento estabelece o sistema parental, exigindo a organização da rotina diária de cuidados. Essa transição muitas vezes implica em ajustar a estrutura familiar para acomodar a chegada do novo membro.

A parentalidade é uma união de individualidades, em que o casal apresenta ao mundo o resultado de sua união, e traz consigo expectativas sobre os papéis do pai e da mãe, bem como as responsabilidades e requisitos necessários para adotar uma nova conduta (BUSCAGLIA, 1997 citado por FIAMENGHI Jr. e MESSA, 2007, p.238).

De acordo com Fiamenghi Jr. e Messa (2007), os pais concebem em suas mentes expectativas e fantasias sobre a criança, incluindo seu gênero, desempenho escolar, carreira e orientação sexual. No entanto, quando um filho nasce com alguma deficiência, essas expectativas são frustradas, resultando das projeções e realizações dos pais.

Na hora de informar os familiares, é fundamental que os profissionais adotem uma postura ética, conforme Glat e Pletsch (2004):

mesmo que os profissionais não sejam da área de psicologia, deve ser oportunizado um espaço para que os pais possam trazer suas dúvidas, preocupações e frustrações a fim de que os sentimentos sejam trabalhados e não os imobilizem" (GLAT e PLETSCH, 2004, p.2).

Assim deveria ser o protocolo de atendimento público a essas famílias, entretanto, como afirmam Glat e Pletsch (2004, p.2), nem sempre os médicos e profissionais adotam uma abordagem cuidadosa ao comunicar as notícias, muitas vezes enfatizando a deficiência como uma condição crônica, sem mencionar os recursos terapêuticos e educacionais que podem oferecer alguma esperança à família e auxiliar na vida diária de seus filhos.

Mesmo com a ampla divulgação de terapias e da Educação Inclusiva nos dias atuais, persiste na sociedade um desconhecimento em relação às crianças especiais, o que acaba gerando atitudes preconceituosas até mesmo dentro da própria família.

Ao longo da história, é possível compreender os motivos que levam as famílias a se sentirem inseguras diante de uma criança com deficiência, uma vez que, por séculos, foram rotuladas como "inválidas", ou seja, indivíduos sem valor social, que não deveriam ser vistos em público, sendo considerados um fardo para seus familiares (SÁ e RABINOVICH, 2006, p.1).

No imaginário popular, a deficiência traz consigo uma carga emocional intensa para as pessoas envolvidas no processo - pais, crianças e demais familiares. O Brasil possui um histórico de exclusão em três aspectos: exclusão pela deficiência, pelo preconceito e pela pobreza. Conforme Sá e Rabinovich (2006, p.1), "as transformações devem começar na mentalidade das pessoas".

A família, como grupo social primário, tem a responsabilidade de moldar e influenciar o desenvolvimento cognitivo e emocional do indivíduo, além de auxiliar em sua interação com a sociedade, muitas vezes estendendo-se até a fase adulta. Quando uma criança nasce, seu primeiro contato com o mundo e seus primeiros relacionamentos são estabelecidos com os membros de sua família, como pai, mãe, irmãos e avós. As-

sim, de acordo com Sá e Rabinovich (2006), a família desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da criança.

Portanto, não se pode ignorar a importância da família no processo de desenvolvimento e socialização dessa criança, especialmente em momentos em que podem encontrar serviços sociais despreparados e políticas públicas que requerem revisão em seus projetos.

ESCOLA E FAMÍLIA: CONSTRUINDO ABORDAGENS INCLUSIVAS

Conforme Biaggio (2007), a inclusão recebeu reforço com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e com a Convenção da Guatemala de 2001, que proíbem qualquer forma de discriminação, exclusão ou restrição baseada na deficiência das pessoas.

Segundo Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, procuradora da República e responsável pelos direitos dos cidadãos do Estado de São Paulo no biênio 2002-2004, "o acesso das pessoas com deficiência à educação formal é garantido até mesmo pela legislação penal, uma vez que o artigo 8º da Lei nº 7.853/89 prevê como crime condutas que, sem justificativa, impeçam a matrícula de alunos com deficiência". Em outras palavras, a exclusão é considerada um crime, e o acesso de alunos com deficiência a escolas regulares não é apenas uma opção dos pais ou responsáveis, mas sim um direito, e a conduta excludente das escolas pode acarretar consequências jurídicas, penais e administrativas (apud BIAGGIO, 2007, p. 19).

No entanto, é necessário discutir o percurso percorrido pela educação brasileira para concretizar seu "projeto inclusivo", que enfrenta desafios conceituais e dificuldades na reorganização pedagógica. Os avanços rumo à inclusão plena e incondicional nas escolas brasileiras têm ocorrido de forma lenta, devido à resistência por parte das instituições e à inexperiência em lidar com a diversidade (MANTOAN, 2010, p. 13).

O sistema educacional brasileiro tem passado por mudançasPeço desculpas, mas não consigo reescrever o texto fornecido sem utilizar nenhuma palavra dele. No entanto, estou à disposição para ajudar com outras perguntas ou fornecer informações adicionais com base no texto fornecido.

A educação inclusiva representa um modelo educacional baseado nos princípios dos direitos humanos, unindo igualdade e diversidade como valores inseparáveis. Esse modelo vai além da noção de equidade superficial ao considerar o contexto histórico que levou à exclusão tanto dentro quanto fora das escolas (BRASIL, 2007, p.1).

A educação inclusiva possui uma trajetória marcada pela segregação. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 10% da população apresenta algum tipo de deficiência, estimando-se em 15 milhões o número de brasileiros com deficiência de acordo com o censo do IBGE de 2000. Em 2004, com o objetivo de aprimorar as políticas públicas, o Ministério da Educação (MEC) passou a estabelecer categorias mais precisas para as diferentes deficiências (BRASIL, 2007).

Na contemporaneidade, os professores enfrentam um novo desafio em sua prática docente: a necessidade de trabalhar em equipe. Isso ocorre porque "um professor isolado não pode transformar, por si só, uma instituição educacional em um ambiente inclusivo, mesmo que sua sala de aula seja inclusiva". É fundamental contar com a colaboração e a articulação de toda a comunidade escolar, especialmente da família.

Compreende-se, dessa forma, que a integração da inclusão tem se tornado uma parte cada vez mais presente em nossas vidas diárias. Nesse sentido, é crucial que a família e a escola trabalhem em conjunto, garantindo um suporte adequado ao aluno com autismo, o que resultará em um progresso abrangente e significativo em seu desenvolvimento.

A parceria entre a família e a escola desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e no atendimento às necessidades específicas do aluno com autismo. Ao estabelecer uma colaboração ativa, ambas as partes podem compartilhar informações, estratégias e experiências, a fim de criar um ambiente de aprendizado e apoio que seja adequado às particularidades desse aluno.

A família desempenha um papel crucial ao compartilhar conhecimentos sobre o filho, suas habilidades, desafios e preferências. Essas informações são valiosas para que a escola possa adaptar as práticas pedagógicas, oferecer recursos adequados e criar um plano de ensino individualizado, considerando as necessidades específicas do aluno com autismo.

Por outro lado, a escola deve estar preparada para acolher e incluir o aluno com autismo, fornecendo estratégias de ensino diferenciadas, apoio emocional e social, e promovendo a interação inclusiva com os demais alunos. Além disso, é importante que os professores recebam formação e capacitação adequadas para compreender as características do autismo e adotar abordagens educacionais eficazes.

Dessa forma, a colaboração entre família e escola se torna essencial para garantir um acompanhamento adequado, promover a participação ativa do aluno com autismo

na comunidade escolar e contribuir para o seu desenvolvimento integral. Quando ambos os ambientes - familiar e escolar - trabalham em harmonia, proporcionando apoio, compreensão e adaptações necessárias, o aluno com autismo tem a oportunidade de alcançar seu potencial máximo e se desenvolver de maneira significativa em todas as áreas da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de muitos anos, houve uma ampla aceitação do conceito de Educação Especial em nosso país. Esse modelo educacional-médico consistia em instituições que contavam com equipes multidisciplinares compostas por profissionais especializados, como médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos e outros especialistas menos comuns. O objetivo dessa equipe era capacitar pessoas que nascessem com deficiências ou reabilitar aquelas que, ao longo de suas vidas, adquirissem alguma deficiência devido a doenças, acidentes ou outras circunstâncias. Esses profissionais preparavam crianças e indivíduos com deficiência para que pudessem ser posteriormente integrados à sociedade, obtendo-se resultados positivos significativos.

Historicamente, as pessoas com deficiência permaneceram ocultas da convivência social por muito tempo. No entanto, cerca de uma década atrás, surgiu o conceito de integração social. Foram estabelecidas entidades, centros de reabilitação, clubes sociais especiais, associações desportivas e outros dedicados especificamente às pessoas com deficiência. Seu principal objetivo era preparar essas pessoas para que pudessem ingressar e conviver na sociedade.

A inclusão escolar está relacionada a movimentos sociais mais amplos que buscam maior igualdade e acesso equitativo a bens e serviços. Vinculada a sociedades democráticas que se baseiam no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a superação das desigualdades de tratamento resultantes de formas segregadoras de ensino especial e regular.

Assegurar o direito à educação para todos não se limita a cumprir a lei e aplicá-la de forma superficial diante de situações discriminatórias. O assunto requer uma compreensão mais profunda da questão da justiça. Uma escola justa e desejável para todos não se sustenta apenas no fato de que todos os seres humanos são iguais e nascem iguais.

As políticas educacionais não estabelecem uma remuneração adequada para os professores, que se veem obrigados a trabalhar dois ou até mesmo três turnos para garantir sua sobrevivência e a de suas famílias.

Ao abordarmos a inclusão escolar, é importante destacar a importância dessa inclusão para o desenvolvimento social, para a desconstrução de um imaginário social e para a representação desse imaginário no inconsciente das pessoas.

Por meio do convívio com as diferenças, as crianças constroem o processo de inclusão social, contribuindo para um mundo melhor no qual todos saem ganhando, permitindo assim uma inclusão social real.

Acredita-se que o processo inclusivo deve possibilitar que o estudante desenvolva suas capacidades educacionais junto aos demais estudantes, já que a socialização não se limita apenas ao ambiente escolar, ocorrendo em diversos contextos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTALOTTI, Celina Camargo. Inclusão Social das Pessoas com Deficiência: Utopia ou possibilidade? Editora PAULUS. 2ª edição. SP, 2010. Pg. 8, 9, 11, 23 até 31.

BIAGGIO, Rita de. A Inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas. Revista Criança do professor de educação infantil. MEC, Brasília-DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf>. Acesso em 02 mai.2024.

BRASIL. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. BRASIL, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=84751>. Acesso em 2 mai.2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. 3. Ed. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão Escolar. Summus editorial. 4ª edição. SP, 2006 Pg. 16, 17, 36, 37, 39, 40, 41.

SÓLCIA, I. V. Âmbito familiar: a reação da família frente a notícia da deficiência dos filhos. Monografia apresentada na Universidade Estadual do Norte do Paraná. 2004.